



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

23º ANIVERSÁRIO DA AOFA

(21 de Novembro de 2015)

Lá diz a sabedoria popular que é dando passos que se vai fazendo caminho.

É isso que temos feito num percurso reconhecidamente difícil em que os poderes instituídos com capacidade de decisão, ancorados numa maioria absoluta de deputados, entendeu recuperar o absolutismo dos tempos régios, não ouvindo nada nem ninguém e pautando a sua acção pela contínua afronta à “Condição Militar”.

Nada ficou incólume!

Infligidas as colossais doses de subtracção aos seus rendimentos no contexto da Administração Pública e da população em geral, foi entendido que as poucas e modestas compensações existentes por contrapartida das particulares e severas condições impostas aos militares, haveriam que ser anuladas.

Em manifestação de puro desrespeito pelo estado de direito que, supostamente, deveria estar na primeira linha das suas preocupações, os governantes, personificados naqueles que lideraram e ainda lideram o Ministério da Defesa Nacional, fizeram tábua rasa do disposto nas Bases Gerais do Estatuto que caracteriza a Condição Militar – Lei 11/89, de 01 de Junho.

Congelaram-se promoções; impuseram-se regressões no Sistema Retributivo em oposição a decisões a seu tempo assumidas pelas Chefias Militares; extinguiu-se o Fundo de Pensões; alteraram-se as normas que regulam a reserva e o suplemento de residência; aplicou-se dupla penalização no cálculo da passagem à reforma; penalizaram-se os militares nas condições de assistência na doença; desconstruiu-se a assistência hospitalar militar; degrada-se o apoio social desfigurando o IASFA, estrutura que lhe dá corpo; reconfigurou-se o cálculo da pensão de reforma em termos particularmente penalizadores para os militares; extinguiu-se o Instituto de Odivelas, um estabelecimento militar de ensino reconhecidamente considerado uma escola de excelência.

Qual cereja em cima do bolo entendeu o Exmo. Sr. Ministro da Defesa Nacional culminar o seu mandato mimoseando os militares com um novo Estatuto profissional gizado exclusivamente com a preocupação de reduzir a despesa com o pessoal, intencionalmente esquecendo a realidade em que os militares exercem a sua profissão e a Lei que o obrigava a respeitar a consagração de compensações que a particular exigência de tal profissão implica.

O absoluto secretismo, nunca antes visto, que acompanhou todo o processo de alteração estatutária, foi o testemunho mais eloquente da má consciência que esteve associada à materialização do propósito pretendido que, para além do mais, veio instituir a funcionalização dos militares.

Da nossa parte, tudo se fez junto de todos os intérpretes que pudessem acautelar o que se avizinhava; Presidência da República, Chefias militares, partidos políticos e personalidades que, de algum modo, pudessem intermediar para obstaculizar intenções que se vieram a confirmar com a publicação do DL 90/2015, de 29 de Maio, que aprova o EMFAR.

Porque se trata do mais importante documento que define o presente e futuro da profissão militar, está nas nossas prioridades a revisitação das alterações que lhe foram introduzidas com vista à reconfiguração de muitas das malfeitorias introduzidas, contando para isso com a possibilidade de merecer acolhimento a sua apreciação em sede da Assembleia da República, no seguimento, aliás, de possibilidade aberta nesse sentido com a disponibilidade já manifestada por um dos Partidos políticos com assento na Casa da Democracia.

Está em curso também uma engenharia manhosa e habilidosamente orientada no sentido de desfigurar e desconstruir o apoio social protagonizado pelo IASFA, estrutura tão antiga como essencial para a estabilidade e segurança da família militar.

Desorçamenta-se, esvazia-se de recursos humanos, criam-se condições para tão impraticável como lastimável gestão, nomeiam-se personalidades de passado pouco ou nada recomendável para por em prática obscuros projectos sinalizados por inconfessáveis propósitos de mercantilização de tão importante estrutura.

É algo que nos traz profundamente preocupados e é por isso que realizaremos dentro em breve um Seminário dedicado ao tema no sentido de visitar e criar condições para, séria e honestamente, apresentar uma proposta que vise e permita restabelecer o importante papel que cabe à acção social complementar nas Forças Armadas.

Foi e é difícil e doloroso o sentimento de relativa incapacidade perante quem detem o poder e se faz de cego surdo e mudo, sempre com o fito de uma permanente e obsessiva desconsideração e menorização dos militares!

Mas existe um abismo entre o “estar” e o “ser”.

Os governantes estão e deixam de estar.

Os militares são e continuarão a ser militares.

Portadores de valores e princípios, de abnegação e disponibilidade para servir a comunidade de que emanam, a qual mais cedo que tarde admitirá as profundas injustiças de que têm sido alvo

reconhecendo a razão que lhes assiste quando denunciam os maus tratos a que têm sido sujeitos e exigem a reposição da dignidade que lhes vem sendo subtraída.

Num tempo em que se ergue e reaviva a esperança, alimentamos a expectativa de que outras sensibilidades assumam o comando do destino do País, capazes de entender que as Forças Armadas e os militares que nelas servem são um dos fundamentais pilares do Estado. E procurem debelar as causas que estão na origem de muita desmotivação, insegurança e falta de confiança instaladas entre os que servem a Nação com desprendimento e o sacrifício da própria vida se necessário for.

Esperamos que surja o suficiente discernimento para olhar o quão maltratados e desconsiderados têm sido os cidadãos militares e, em diálogo e contributo de todos os intérpretes, nomeadamente as Associações Profissionais de Militares (APM), se encontrem as melhores formas de repor a dignidade perdida, tão necessária para a coesão e proficiência da nobre missão que lhes está outorgada.

Comemoramos hoje o 23º aniversário, antecedendo outros que seguramente continuarão a ter lugar nos anos que se seguem. Somos protagonistas de muitos dos acontecimentos que têm vindo a marcar a realidade militar, sempre com o objectivo de preservar e lutar pela dignidade da profissão que abraçamos. Sempre, também com a firme intenção, convicção e vontade de que os direitos dos militares tenham como guardiões não só as APM, mas igualmente as Chefias Militares com uma inteligente postura, a partir da qual, biunívoca e complementarmente, se possam somar vontades.

Contamos com muitos dos que aqui se fizeram representar e outros que, por diferentes motivos não puderam, hoje, aqui estar presentes, dando nota de imponderáveis que não lhes permitiu tal possibilidade.

Temos consciência que os tempos não são fáceis.

Mas, mau grado todas as dificuldades com que nos possamos defrontar, manteremos o firme propósito de prosseguir o caminho que temos vindo a trilhar, agindo em conformidade e recorrendo a todos os meios que, não obstante as limitações que nos são impostas, estejam ao nosso alcance!

23º aniversário da AOFA.

Mais um ano em que comemoramos uma caminhada num trilho carregado de obstáculos desnecessária e injustamente atravessados num percurso que a condição do ser militar seguramente desaconselharia.

E, porque neste percurso difícil que é feito de muita camaradagem, disponibilidade, de amizades e espírito de bem servir, entendemos que se trata de uma oportunidade ímpar para dar lugar a destaque a acontecimentos, à distinção de particular empenho e dedicação de camaradas e a

circunstâncias que, pela sua natureza, se configurem de particular relevo para que julguemos serem merecedores e alvo de homenagem na data em que se comemora o aniversário da AOFA.

Enfim, não se trata de qualquer “Prémio Nobel” que, para além de tudo o mais, inclui generosas compensações financeiras, mas tão só do reconhecimento e destaque que consideremos ser de relevar face ao contributo e significado que possam assumir na nossa vida associativa. O que, para quem dispõe de si sem nada pedir em troca, é, seguramente, tão ou mais importante que opíparas somas que podem engrandecer na quantidade, mas pecar, por defeito, na qualidade.

Termino esperançado de que possa vir a ser dado outro rumo, mais auspicioso, à vida do País, na expectativa também de que se saiba reconhecer o fundamental papel dos militares e das Forças Armadas neste País que juraram defender, deixando o nosso agradecimento a todos os que institucionalmente, ou de outro modo, quiseram associar-se à comemoração do 23º aniversário da AOFA, pedindo a vossa permissão para proclamar, aqui, um:

VIVA A PORTUGAL
E
VIVA A ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS.

O Presidente da AOFA
Manuel Martins Pereira Cracel
COR TPA